



Estratégia
Carreira Jurídica

1º SIMULADO PARA JUIZ

TJRS



INSTRUÇÕES DE APLICAÇÃO DO SIMULADO

- 1 – Esta prova é focada no concurso da TJ-RS para Juiz Substituto;
- 2 – A prova contém **100 questões** cobrando assuntos de **Conhecimentos Específicos**;
- 3 – **As questões são inéditas** e foram elaboradas pelos nossos professores, com base no perfil das últimas bancas organizadoras de certames;
- 4 – Você receberá, por e-mail, o PDF ou poderá baixar o arquivo que ficará disponível em um artigo na página principal do site do Estratégia Concursos;
- 5 – Você terá das **8h30 às 13h** para responder às questões;
- 6 – **A partir das 14h, os nossos professores iniciarão a Correção da Prova AO VIVO**, comentando e resolvendo todos os itens das questões. Aproveite para assisti-la AO VIVO e corrigir os erros.

PREENCHA O GABARITO

<http://bit.ly/Simulado-Juiz-TJ-RS-02-02>

Cartão de Respostas								
1		21		41		61		81
2		22		42		62		82
3		23		43		63		83
4		24		44		64		84
5		25		45		65		85
6		26		46		66		86
7		27		47		67		87
8		28		48		68		88
9		29		49		69		89
10		30		50		70		90
11		31		51		71		91
12		32		52		72		92
13		33		53		73		93
14		34		54		74		94
15		35		55		75		95
16		36		56		76		96
17		37		57		77		97
18		38		58		78		98
19		39		59		79		99
20		40		60		80		100

PROVA OBJETIVA**PORTUGUÊS**

Nas primeiras 12 horas desta quarta (29), horário local, mais 16 casos de coronavírus foram confirmados em Xangai. Ao todo, as infecções por coronavírus já mataram ao menos 132 pessoas na China; _____, há 5.997 casos suspeitos.

As infecções por coronavírus na China já mataram ao menos 132 pessoas até esta quarta-feira (29) – 125 destas mortes estão na província de Hubei e, destas, 104 ocorreram em Wuhan, cidade de 11 milhões de habitantes considerada o epicentro da doença.

_____ 800 km dali, em Xangai, um dos 96 pacientes internados com suspeita de coronavírus viajou para a província de Guangdong, no Sul da China, e consumiu carne de animais selvagens, de acordo com Wu Jinglei, diretor da Comissão de Saúde de Xangai.

Segundo Wu, 71 dos 96 pacientes com o vírus viajaram ou já moraram em Hubei – entre eles, 22 tiveram contato com pacientes infectados, e 2 não estiveram na região considerada o epicentro da doença. Nas primeiras 12 horas desta quarta (29), horário local, mais 16 casos de coronavírus foram confirmados em Xangai.

A transmissão de humanos para humanos já está comprovada, mas o caso de Xangai reforça a hipótese de que o consumo de carne de animais selvagens pode estar ligado ao início da epidemia.

Para evitar a proliferação do vírus, Xangai intensificou o rastreamento de infecções em cruzamentos, portos, docas, estações de trem, aeroportos e comunidades.

O coronavírus é uma família de vírus que pode infectar seres humanos e muitas espécies animais, incluindo suínos, bovinos, cavalos, camelos, gatos, cães, roedores, pássaros, morcegos, coelhos, furões, roedores, cobras e outros animais selvagens.

Uma pesquisa feita com base em 276 genomas possíveis de animais hospedeiros aponta que a infecção por coronavírus pode ter ocorrido pelo consumo de cobras. O estudo é da Universidade de Pequim e da Universidade de Bioengenharia de Wuhan, e publicado na quarta-feira (22), no "Journal of Medical Virology".

"Os resultados de nossa análise sugerem que a cobra é o reservatório de animais silvestres

mais provavelmente responsável pelo atual surto de infecção por 2019-nCoV", conclui o estudo. A transmissão teria começado entre espécies de serpentes e de serpentes para humanos.

Análises anteriores também mostraram que o sequenciamento genético do vírus vinha de morcegos, mas foi descartada a possibilidade deles serem a fonte direta. _____, o coronavírus recém-descoberto provavelmente pulou de cobras para humanos – especificamente de uma espécie conhecida como "Chinese Krait" ou cobra chinesa (*Bungarus multicinctus*).

<https://g1.globo.com/>

01. Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna do título e as do 2º e 9º parágrafos, nessa ordem.

- a) em todo o país – A cerca de – Em vez disso
- b) a todo país – Há cerca de – Ao invés disso
- c) em todo país – Acerca de – Ao invés disso
- d) em todo país – Há cerca de – Em vez disso
- e) em todo o país – Há cerca de – Ao invés disso

02. Julgue as afirmações e marque a alternativa correta.

Entende-se do texto que

I – é fato que as infecções por coronavírus originaram-se por contato com cobras.

II – há um ponto de vista sendo defendido pelo autor, de modo a classificar o texto como dissertativo-argumentativo.

III – é percebido um aumento progressivo de casos e mortes devido ao coronavírus.

- a) Apenas a afirmação I está correta.
- b) Apenas a afirmação II está correta.
- c) Apenas a afirmação III está correta.
- d) Apenas as afirmações I e III estão corretas.
- e) Todas afirmações estão corretas.

03. Classifique as expressões do texto da segunda coluna, conforme exposto na primeira coluna.

- (1) sujeito
- (2) objeto direto
- () “mais 16 casos de coronavírus” (título)
- () “5.997 casos suspeitos” (título)
- () “132 pessoas” (título)
- () “104” (1º parágrafo)
- () “carne de animais selvagens” (2º parágrafo)

A sequência correta de preenchimento dos parênteses é

- a) 1 - 1 - 1 - 2 - 2.
- b) 1 - 2 - 2 - 2 - 1.
- c) 2 - 1 - 2 - 1 - 2.
- d) 2 - 2 - 2 - 1 - 1.
- e) 1 - 2 - 2 - 1 - 2.

04. Qual das expressões citadas abaixo funciona como aposto no texto?

- a) “125 destas mortes estão na província de Hubei” (1º parágrafo)
- b) “cidade de 11 milhões de habitantes” (1º parágrafo)
- b) “uma família de vírus” (6º parágrafo)
- c) “no ‘Journal of Medical Virology’” (7º parágrafo)
- e) “da Universidade de Pequim e da Universidade de Bioengenharia de Wuhan” (7º parágrafo)

05. Do ponto de vista sintático, considere as afirmações abaixo sobre a pontuação no texto.

I - O ponto e vírgula do título pode ser substituído por ponto final, desde que a próxima palavra seja iniciada com letra maiúscula.

II - A vírgula que precede a oração “e consumiu carne de animais selvagens” (2º parágrafo) poderia ser eliminada, já que a conjunção **e** liga duas orações que têm o mesmo valor sintático.

III - O último travessão do texto separa termo de valor opositivo ao termo imediatamente anterior.

Quais estão corretas?

- a) Apenas I.
- b) Apenas II.
- c) Apenas III.
- d) Apenas I e III.
- e) I, II e III.

06. Classifique as expressões do texto da segunda coluna, conforme exposto na primeira coluna.

- (1) finalidade
- (2) limite temporal
- (3) lugar
- (4) causa
- (5) tempo

- () “**para** a província de Guangdong” (2º parágrafo)
- () “**pelo** consumo de cobras” (7º parágrafo)
- () “**Para** evitar a proliferação do vírus” (5º parágrafo)
- () “**até** esta quarta-feira” (1º parágrafo)
- () “**já** moraram em Hubei” (3º parágrafo)

A sequência correta de preenchimento dos parênteses é

- a) 3 - 4 - 1 - 2 - 5.
- b) 1 - 4 - 5 - 2 - 3.
- c) 3 - 1 - 2 - 4 - 5.
- d) 2 - 4 - 5 - 3 - 1.
- e) 5 - 4 - 3 - 2 - 1.

07. Marque a alternativa em que a palavra “que” apresenta valor anafórico:

- a) “de que o consumo de carne de animais selvagens pode estar ligado ao início da epidemia” (4º parágrafo)
- b) “que pode infectar seres humanos e muitas espécies animais” (6º parágrafo)
- c) “que a infecção por coronavírus pode ter ocorrido pelo consumo de cobras” (7º parágrafo)
- d) “que a cobra é o reservatório de animais silvestres mais provavelmente responsável pelo atual surto de infecção por 2019-nCoV” (8º parágrafo)
- e) “que o sequenciamento genético do vírus vinha de morcegos” (9º parágrafo)

08. Marque a alternativa que apresenta o emprego dos verbos “pode ter ocorrido” (7º parágrafo), “teria começado” (8º parágrafo) e “mostraram” (9º parágrafo), respectivamente:

- a) capacidade, hipótese, fato
- b) possibilidade, fato, condição.
- c) possibilidade, hipótese, fato.
- d) probabilidade, condição, fato.
- e) dever, hipótese, fato.

09. Leia o verbete abaixo e responda à questão:

Os coronavírus fazem parte de um grupo de vírus de genoma de RNA simples de sentido positivo, conhecidos desde meados dos anos 1960. Eles pertencem à subfamília taxonômica Orthocoronavirinae da família Coronaviridae, da ordem Nidovirales.

<https://pt.wikipedia.org/>

Se o artigo definido “Os” fosse flexionado no singular, quantas outras palavras teriam de ser modificadas para fins de correção gramatical nesse trecho?

- a) Três.
- b) Quatro.
- c) Cinco.

- d) Seis.
- e) Sete.

10. Ao transpor para a voz passiva a oração “As infecções por coronavírus na China já mataram ao menos 132 pessoas até esta quarta-feira (29)” (1º parágrafo), a forma verbal correspondente será

- a) foram mortas.
- b) haviam morrido.
- c) mataram-se.
- d) são mortos.
- e) foram mortos.

DIREITO CIVIL

11. Bebel, com 50 anos de idade, e Agostinho, com 55 anos, casados sob o regime de comunhão universal de bens, estavam viajando de navio, quando a embarcação afundou. Foram realizadas inúmeras buscas durante um ano, sem que seus corpos tenham sido encontrados. Os filhos do casal resolveram, então, iniciar o processo de inventário dos bens. Diante dessa situação, assinale a alternativa correta:

- a) Deverá ser declarada a morte do casal após a decretação de ausência.
- b) Somente passados dois anos poderá ser declarada a morte do casal.
- c) Caso um deles tivesse sobrevivido ao acidente, concorreria na sucessão legítima com os descendentes.
- d) Declarada a morte do casal, os descendentes concorrerão com os ascendentes na sucessão legítima.
- e) Presume-se que Bebel e Agostinho morreram simultaneamente.

12. Com relação à prescrição, é correto afirmar:

- a) Não corre prescrição contra aqueles que, por causa permanente, não puderem exprimir sua vontade.
- b) Caso a prescrição seja interrompida, ela recomeça a correr do dia seguinte à data do ato que a interrompeu.
- c) A interrupção da prescrição por um credor aproveita aos outros.
- d) A interrupção da prescrição efetuada contra o devedor solidário envolve os demais e seus herdeiros.
- e) A interrupção da prescrição operada contra um dos herdeiros do devedor solidário prejudica os outros herdeiros ou devedores.

13. Rosinha, dona de casa, era casada com Chico, sócio de empresa do ramo da construção civil. A esposa, cansada dos desaforos do marido, resolveu pedir o divórcio. Após o ajuizamento da ação, Chico decidiu transferir seus ativos à empresa, sem efetivas contraprestações, de modo que seu patrimônio particular foi quase que inteiramente suprimido. Diante dessa situação, é correto afirmar:

- a) Rosinha poderá pedir a desconsideração inversa da personalidade jurídica a fim de atingir os bens da pessoa jurídica, na partilha, em razão do desvio de finalidade praticado por Chico.
- b) Rosinha poderá pedir a desconsideração inversa da personalidade jurídica a fim de atingir os bens da pessoa jurídica, na partilha, em razão do abuso da personalidade praticado por Chico.
- c) Rosinha poderá pedir a desconsideração direta da personalidade jurídica a fim de atingir os bens da empresa na partilha, em razão do desvio de finalidade praticado por Chico.
- d) Rosinha não poderá pedir a desconsideração da personalidade jurídica, em razão do regime de comunhão parcial dos bens escolhido.
- e) Rosinha poderá pedir a desconsideração indireta da personalidade jurídica a fim de atingir os bens da empresa na partilha, em razão do desvio de finalidade praticado por Chico.

14. Mauro resolveu vender sua própria casa, a fim de arcar com tratamento médico de sua filha. Diante da necessidade e da urgência em levantar a quantia, Mauro ofereceu sua residência pelo montante de 100 mil reais, embora o valor real de mercado fosse de 300 mil reais. Jonas, tomando ciência da oferta da venda do imóvel, não tendo qualquer intenção de auferir um ganho exagerado na compra e nem causar prejuízo aos vendedores, apenas aproveitando a oportunidade de fazer um bom negócio, realizou a compra em 20.06.2016. Contudo, após a melhora da saúde da filha, em 10.01.2020, Mauro ajuizou ação, para questionar a validade do negócio. Diante dessa situação, é correto afirmar:

- a) O negócio jurídico é anulável, em razão do dolo de Jonas, mas a ação deverá ser julgada improcedente, em razão do decurso do prazo decadencial de três anos.
- b) O negócio jurídico é anulável, em razão do estado de perigo, mas não se decretará a anulação do negócio, se Jonas oferecer suplemento suficiente do valor.
- c) O negócio jurídico é anulável, em razão do estado de perigo, e a ação deverá ser julgada procedente, uma vez que intentada dentro do prazo decadencial de quatro anos.
- d) O negócio jurídico é anulável, em razão da lesão, mas a ação deverá ser julgada improcedente, em razão do decurso do prazo decadencial de três anos.
- e) O negócio jurídico é anulável, em razão da lesão, mas não se decretará a anulação do negócio, se Jonas oferecer suplemento suficiente do valor.

15. Orlando, Otávio e Omar obrigaram-se solidariamente a entregar a Ernesto, em prazo estipulado contratualmente, determinado imóvel ou a quantia de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), cabendo a escolha aos devedores. Diante dessa situação, assinale a alternativa correta:

- a) Orlando, Otávio e Omar podem obrigar Ernesto a receber parte em uma prestação e parte em outra.

b) Não havendo acordo unânime entre os devedores, decidirá Ernesto, findo o prazo por este assinado para a deliberação.

c) Se, por culpa dos devedores, não se puder cumprir nenhuma das prestações, não competindo à Ernesto a escolha, ficarão aqueles obrigados a pagar o valor da que por último se impossibilitou, mais as perdas e danos que o caso determinar.

d) Caso o título defira opção a terceiro, e este não quiser, ou não puder exercê-la, caberá à Ernesto a escolha se não houver acordo entre as partes.

e) Se todas as prestações se tornarem impossíveis por culpa dos devedores, extinguir-se-á a obrigação.

16. Em 30.05.2015, Fernando celebrou contrato de seguro de vida com a Seguradora Luz e Paz. Em 10.01.2017, Fernando, sofrendo de enorme crise depressiva, lançou-se do alto do seu edifício e faleceu imediatamente. Celina, sua esposa, beneficiária do seguro, procurou a Seguradora, a qual indicou que não pagará o seguro, visto que o contrato continha cláusula excluindo o pagamento em caso de suicídio. Diante dessa situação, é correto afirmar:

a) Nos seguros de pessoas, o capital segurado é livremente estipulado pelo proponente, de modo que é vedado contratar mais de um seguro sobre o mesmo interesse, com o mesmo segurador.

b) É válida a cláusula contratual que exclui o pagamento do capital por suicídio de Fernando ocorrido nos primeiros dois anos de vigência inicial do contrato.

c) Na contratação do seguro, Celina deve ter sido obrigada a declarar, sob pena de falsidade, o seu interesse pela preservação da vida do segurado.

d) O capital estipulado do seguro de vida está sujeito às dívidas de Fernando, mas não se considera herança para todos os efeitos de direito.

e) O suicídio não é coberto nos dois primeiros anos de vigência do contrato de seguro de vida, de modo que Celina nada receberá do segurador.

17. Marcelo, pai de dois filhos, resolveu comprar uma casa de praia, visando o lazer da família, especialmente no período das férias escolares das crianças. Posteriormente, Marcelo foi rebaixado de cargo na empresa em que trabalhava, passando a ganhar menos, de forma que teve que reduzir seus gastos mensais, incluindo a manutenção da casa de praia. Com isso, ele resolveu instituir condomínio em multipropriedade da casa, vendendo, em seguida, as frações de tempo do imóvel à dois amigos. Diante dessa situação, assinale a alternativa correta:

a) A multipropriedade será extinta automaticamente se todas as frações de tempo pertencerem à Marcelo.

b) O período correspondente a cada fração de tempo será de, no mínimo, 30 (trinta) dias, seguidos ou intercalados.

c) Todos os multiproprietários terão direito a uma mesma quantidade máxima de dias seguidos durante o ano, podendo haver a aquisição de frações maiores que a mínima, com o correspondente direito ao uso por períodos também maiores.

d) O atendimento a eventual limite de frações de tempo por titular estabelecido no instrumento de instituição será obrigatório somente após a venda das frações por Marcelo.

e) O instrumento de instituição da multipropriedade promovida por Marcelo poderá estabelecer o limite máximo de frações de tempo no mesmo imóvel, que não poderão ser detidas pela mesma pessoa natural.

18. Dona Anastácia, viúva, com 75 anos de idade, não possui bens, nem mais pode prover, pelo seu trabalho, o próprio sustento. Ela possui como parentes o filho da irmã de sua falecida mãe, Pedrinho, e a filha de uma sobrinha, Emília, ambos empregados e com boas condições financeiras. Diante dessa situação, é correto afirmar:

a) Dona Anastácia não poderá exigir prestação alimentar de nenhum deles.

b) Dona Anastácia poderá exigir prestação alimentar apenas de Pedrinho.

c) Dona Anastácia poderá exigir prestação alimentar apenas de Emília.

d) Dona Anastácia poderá exigir prestação alimentar de Pedrinho e Emília, em solidariedade.

e) Dona Anastácia poderá exigir prestação alimentar de Pedrinho e Emília, podendo escolher apenas um deles.

19. Com relação à partilha, assinale a alternativa correta:

a) O herdeiro pode sempre requerer a partilha, ainda que o testador o proíba, mas não o pode seus cessionários e credores.

b) Os bens insuscetíveis de divisão cômoda, que não couberem na meação do cônjuge sobrevivente ou no quinhão de um só herdeiro, deverão ser partilhados conforme o acordado por todos.

c) Ficam sujeitos a alienação judicial os bens sonegados e quaisquer outros bens da herança de que se tiver ciência após a partilha.

d) Se os herdeiros forem capazes, poderão fazer partilha amigável, por escritura pública, termo nos autos do inventário, ou escrito particular, homologado pelo juiz.

e) Extingue-se em quatro anos o direito de anular a partilha.

20. Com relação aos registros públicos, assinale a alternativa correta:

a) Qualquer pessoa pode requerer certidão do registro, informando ao oficial ou ao funcionário o motivo ou interesse do pedido.

b) Os registros poderão ser escriturados, publicitados e conservados em meio eletrônico, obedecidos os padrões tecnológicos estabelecidos em regulamento.

c) As anotações, as averbações obrigatórias e os atos do registro serão praticados por ordem judicial, a requerimento verbal ou escrito dos interessados, ou a requerimento do Ministério Público, quando a lei autorizar.

d) Além dos casos expressamente consignados, os oficiais são civilmente responsáveis por todos

os prejuízos que, pessoalmente, ou pelos prepostos ou substitutos que indicarem, causarem aos interessados no registro, independente de culpa ou dolo

e) O registro civil de pessoas naturais funcionará todos os dias úteis.

DIREITO PROCESUAL CIVIL

21. Assinale a alternativa correta a respeito das teorias da ação:

a) Para a teoria imanentista ou clássica, desenvolvida por Savigny, a ação estava conjunta com o direito material. Assim, o direito de ação era visto como o próprio direito material em movimento.

b) Na teoria da ação como direito autônomo e concreto, desenvolvida por Wach e Bullow, a ação era considerada um direito autônomo, de natureza pública e subjetiva. Assim, para os referidos autores, o direito de ação existiria sendo a sentença favorável ou desfavorável.

c) Degenkolb e Plósz entendiam a ação como direito autônomo e abstrato, pois não se confundia com o direito material e se consubstanciaria no direito de obter um pronunciamento do Estado, independentemente da existência do direito material. Contudo, para o seu exercício, a parte deveria observar as condições da ação.

d) Para a teoria eclética/mista, desenvolvida por Liebman, o direito de ação constitui o direito a um julgamento de mérito da causa (procedente ou improcedente), o qual, contudo, fica condicionado ao preenchimento das condições da ação. Para o autor, o preenchimento das condições da ação deveria ser verificado a partir da teoria da asserção.

e) Para Chiovenda, a ação seria um direito autônomo, subjetivo e público.

22. A respeito de jurisdição, assinale a opção correta:

- a) Pelo conceito de jurisdição, extrai-se a ideia de que o ordenamento jurídico brasileiro admite o controle externo da atividade jurisdicional, em obediência aos princípios da separação dos poderes e do sistema de freios e contrapesos.
- b) A convocação de juízes de primeiro grau para substituir desembargadores e o mutirão são práticas aceitas, não violando o princípio do juiz natural.
- c) A autotutela, espécie de equivalente jurisdicional, não é mais admitida em nosso ordenamento jurídico, sendo, inclusive, tipificada como crime pela legislação penal.
- d) Pelo princípio da congruência, depreende-se que o magistrado deve se manifestar nos exatos termos em que a lide é proposta, sem qualquer exceção.
- e) Na jurisdição voluntária, a lei confere maior flexibilidade ao julgador para conduzir o processo, mas o obriga à observância de critérios de legalidade estrita quando da prolação da sentença.

23. Acerca do incidente de desconconsideração da personalidade jurídica, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O incidente de desconconsideração da personalidade jurídica será instaurado a pedido da parte ou do Ministério Público, quando lhe couber intervir no processo.
- b) Caso a instauração do incidente seja requerida na petição inicial, o sócio ou a pessoa jurídica serão citados e, posteriormente, o processo será suspenso.
- c) Aplicam-se as disposições do CPC previstas nos artigos 133 a 137 às hipóteses de desconconsideração indireta e expansiva da personalidade jurídica.
- d) É possível a instauração desse incidente no âmbito dos juizados especiais.
- e) Quem sofrer constrição de seus bens por força da desconconsideração da personalidade jurídica, de cujo incidente não fez parte, poderá ajuizar embargos de terceiro.

24. A respeito das nulidades, assinale a alternativa correta:

- a) O princípio da instrumentalidade das formas só se aplica no âmbito das nulidades relativas, já que, em se tratando de nulidade absoluta, o prejuízo é presumido.
- b) Quando for rejeitada a alegação de nulidade da citação, tratando-se de processo de conhecimento, será deferido ao réu novo prazo para apresentação de defesa.
- c) Quando puder decidir o mérito a favor da parte a quem aproveite a decretação da nulidade, o juiz não a pronunciará nem mandará repetir o ato ou suprir-lhe a falta.
- d) Em regra, a ausência de alegação de incompetência absoluta, no primeiro momento em que a parte deva se manifestar nos autos, gera impossibilidade o seu reconhecimento de ofício pelo juiz.
- e) Pelo princípio da causalidade, se um ato for invalidado ocorre a invalidação dos demais atos subsequentes automaticamente.

25. Assinale a alternativa correta a respeito da sentença:

- a) Com o novo Código de Processo Civil, revela-se desprovida a manifestação das partes a respeito de fundamento utilizado pelo juiz em sentença, quando se tratar de matéria cognoscível de ofício.
- b) O CPC de 2015 adota o conceito de sentença apenas pelo critério dos efeitos que o pronunciamento judicial produz.
- c) De acordo com o STJ, é dispensável a remessa necessária nas sentenças ilíquidas proferidas em desfavor do INSS, cujo valor mensurável da condenação ou do proveito econômico seja inferior a mil salários mínimos.
- d) A sentença de mérito, quando proferida sem a integração do contraditório, será ineficaz, se a decisão deveria ser uniforme em relação a todos que deveriam ter integrado o processo.
- e) Não se pode aplicar a teoria da causa madura no julgamento de recurso de sentença sem fundamentação, devendo o processo retornar para o juízo de primeiro grau para prolação de nova decisão.

26. Sobre o Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) e o Incidente de Assunção de Competência (IAC), é correto afirmar que:

- a) O IRDR e o IAC integram o microsistema de gestão e julgamento de casos repetitivos.
- b) O relator não poderá propor, de ofício, o IAC, devendo o mesmo ser postulado apenas pelas partes, Ministério Público ou Defensoria Pública.
- c) O IRDR será julgado no prazo de um ano. Superado esse prazo, o incidente será extinto sem resolução de mérito, sem prejuízo de que seja novamente suscitado.
- d) Não caberá a instauração de IRDR se já encerrado o julgamento de mérito do recurso ou da ação originária, mesmo que pendente de julgamento embargos de declaração.
- e) A inadmissão do incidente de resolução de demandas repetitivas por ausência de qualquer de seus pressupostos de admissibilidade impede nova suscitação do incidente pelo prazo de 1 (um) ano.

27. Sobre os recursos para os tribunais superiores, é correto afirmar, exceto:

- a) Para fins de admissão do recurso extraordinário, haverá repercussão geral, dentre outras hipóteses, sempre que o recurso impugnar acórdão que tenha sido proferido em julgamento de casos repetitivos.
- b) Do julgamento do incidente de resolução de demandas repetitivas caberá recurso extraordinário ou especial, que terão efeito suspensivo, presumindo-se a repercussão geral de questão constitucional eventualmente discutida.
- c) O relator poderá admitir, na análise da repercussão geral, a manifestação de terceiros, subscrita por procurador habilitado, nos termos do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal.
- d) Na hipótese de interposição conjunta de recurso extraordinário e especial, se o relator do recurso especial considerar prejudicial o recurso extraordinário, em decisão irrecorrível,

sobrestará o julgamento e remeterá os autos ao Supremo Tribunal Federal.

- e) O Supremo Tribunal Federal ou o Superior Tribunal de Justiça poderá desconsiderar vício formal de recurso tempestivo ou determinar sua correção, desde que não o repute grave.

28. Sobre a reclamação, assinale a alternativa correta:

- a) Não cabe reclamação quando já houver transitado em julgado o ato judicial que se alega tenha desrespeitado decisão do Supremo Tribunal Federal.
- b) É cabível reclamação para o STJ contra acórdão de turma recursal de juizado especial estadual que contrariar jurisprudência consolidada desse Tribunal Superior.
- c) Ela é concebida, atualmente, como um incidente processual, já que exige um processo em trâmite para o seu manejo.
- d) Em que pese as inovações trazidas pelo NCPC quanto ao instituto, a reclamação tem cabimento restrito no STF e STJ.
- e) No caso de descumprimento de súmula vinculante por parte de autoridade administrativa, o manejo da reclamação não exige o esgotamento das vias administrativas.

29. No que diz respeito ao Mandado de Segurança, leia as afirmativas a seguir:

I- É admitido o litisconsórcio, mas não a intervenção de terceiros no processo de Mandado de Segurança.

II- Deverá ter seu mérito apreciado independentemente de superveniente trânsito em julgado da decisão questionada.

III- O Tribunal de Justiça, mesmo não possuindo personalidade jurídica própria, detém legitimidade autônoma para ajuizar mandado de segurança contra ato do Governador do Estado em defesa de sua autonomia institucional.

Marque a alternativa CORRETA:

- a) As três afirmativas são verdadeiras.
- b) As afirmativas I e II são verdadeiras.

- c) As afirmativas II e III são verdadeiras.
- d) As afirmativas I e III são verdadeiras.
- e) Todas as afirmativas são falsas.

30. Sobre os Juizados Especiais Cíveis, instituídos pela Lei nº 9.099/95, é correto afirmar, exceto:

- a) As pessoas jurídicas qualificadas como organização da sociedade civil de interesse público, nos termos da Lei nº 9.790/99, são admitidas a propor ação perante o Juizado Especial.
- b) A ação rescisória nas causas sujeitas ao procedimento instituído pela Lei nº 9.099/95 deve ser ajuizada no prazo de 02 (dois) anos a contar do trânsito em julgado da sentença ou acórdão.
- c) O réu, sendo pessoa jurídica ou titular de firma individual, poderá ser representado por preposto credenciado, munido de carta de preposição com poderes para transigir, sem haver necessidade de vínculo empregatício.
- d) Os atos processuais serão públicos e poderão realizar-se em horário noturno, conforme dispuserem as normas de Organização Judiciária.
- e) Compete à turma recursal processar e julgar o mandado de segurança contra ato de juizado especial.

DIREITO DO CONSUMIDOR

31. A Política Nacional das Relações de Consumo tem por objetivo o atendimento das necessidades dos consumidores, o respeito à sua dignidade, saúde e segurança, a proteção de seus interesses econômicos, a melhoria da sua qualidade de vida, bem como a transparência e harmonia das relações de consumo, atendido o seguinte princípio:

- a) manutenção de assistência jurídica, integral e gratuita para o consumidor carente.
- b) concessão de estímulos à criação e desenvolvimento das Associações de Defesa do Consumidor.

- c) estudo constante das modificações do mercado de consumo.
- d) incentivo à criação pelos consumidores de meios eficientes de controle de qualidade e segurança de produtos e serviços.
- e) racionalização e melhoria dos serviços privados.

32. Com relação à proteção contratual do consumidor, assinale a alternativa correta:

- a) As declarações de vontade constantes de escritos particulares, recibos e pré-contratos relativos às relações de consumo vinculam o consumidor, ensejando inclusive execução específica.
- b) O consumidor pode desistir do contrato, no prazo de 7 dias a contar da identificação do vício do produto ou serviço, sempre que a contratação de fornecimento de produtos e serviços ocorrer fora do estabelecimento comercial, especialmente por telefone ou a domicílio.
- c) Se o consumidor exercitar o direito de arrependimento, os valores eventualmente pagos, a qualquer título, durante o prazo de reflexão, serão devolvidos, também no prazo de 7 dias, monetariamente atualizados.
- d) A garantia contratual é substitutiva à legal e será conferida mediante termo escrito.
- e) O termo de garantia ou equivalente deve ser padronizado e esclarecer, de maneira adequada em que consiste a mesma garantia, bem como a forma, o prazo e o lugar em que pode ser exercitada e os ônus a cargo do consumidor, devendo ser-lhe entregue, devidamente preenchido pelo fornecedor, no ato do fornecimento, acompanhado de manual de instrução, de instalação e uso do produto em linguagem didática, com ilustrações.

33. Nos crimes contra as relações de consumo, além das penas privativas de liberdade e de multa, podem ser impostas, cumulativa ou alternadamente:

- a) liquidação compulsória da pessoa jurídica.
- b) perda de bens e valores.
- c) prestação de serviços à comunidade.
- d) limitação de fim de semana.
- e) prestação pecuniária.

34. Assinale a alternativa que corresponde ao entendimento do Superior Tribunal de Justiça acerca do Direito do Consumidor:

- a) O Código de Defesa do Consumidor não é aplicável aos empreendimentos habitacionais promovidos pelas sociedades cooperativas.
- b) É indispensável o aviso de recebimento (AR) na carta de comunicação ao consumidor sobre a negativação de seu nome em bancos de dados e cadastros.
- c) Na hipótese de resolução de contrato de promessa de compra e venda de imóvel submetido ao Código de Defesa do Consumidor, deve ocorrer a imediata restituição das parcelas pagas pelo promitente comprador, integralmente, seja em caso de culpa exclusiva do promitente vendedor/construtor, ou se tenha sido o comprador quem deu causa ao desfazimento.
- d) É abusiva a cláusula contratual que restringe a responsabilidade de instituição financeira pelos danos decorrentes de roubo, furto ou extravio de bem entregue em garantia no âmbito de contrato de penhor civil.
- e) Aplica-se o Código de Defesa do Consumidor aos contratos de plano de saúde, inclusive os administrados por entidades de autogestão.

35. Com relação à atuação jurisdicional na defesa do consumidor, assinale a alternativa correta:

- a) A defesa coletiva será exercida quando se tratar de interesses ou direitos coletivos, assim entendidos, para efeitos deste código, os transindividuais, de natureza indivisível, de que

sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato.

- b) Aplicam-se às ações coletivas de defesa dos direitos e interesses dos consumidores as normas dispostas na Lei de Ação Civil Pública, inclusive no que respeita ao inquérito civil.

c) Os órgãos da Administração Pública indireta, sem personalidade jurídica, não possuem legitimidade para promover a defesa coletiva dos interesses e direitos dos consumidores.

- d) É vedado ao juiz, na sentença, impor multa diária ao réu, se o pedido do autor for suficiente ou compatível com a obrigação, fixando prazo razoável para o cumprimento do preceito.

e) Em caso de litigância de má-fé, a associação autora e os diretores responsáveis pela propositura da ação serão solidariamente condenados em honorários advocatícios e ao dobro das custas, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos.

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

36. O artigo 244-B do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90) tipifica o crime de corrupção de pessoa menor de 18 anos. Sobre o crime, é correto afirmar:

- a) Para o Superior Tribunal de Justiça, o crime de corrupção de menores de 18 anos é classificado como crime material.

b) Caso o agente maior de idade pratique infração penal junto de 2 menores de 18 anos, responde por apenas uma corrupção.

- c) Só há a configuração do crime caso o agente maior de 18 anos corrompa o menor ou facilite a sua corrupção para a prática de infração penal.

d) A configuração do crime do art. 244-B do ECA independe da prova da efetiva corrupção do menor, por se tratar de delito formal.

- e) Para fins de dosimetria da pena, não há distinção quanto à natureza da infração penal praticada.

37. Um agente, maior de 18 anos, foi flagrado com várias fotografias de crianças em posições sensuais. Em sua defesa, o agente alegou que as crianças não estavam nuas e seus órgãos sexuais estavam cobertos. De acordo com o disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente e o entendimento do Superior Tribunal de Justiça:

a) Não há crime, pois os órgãos sexuais das crianças estavam cobertos e não havia cena de sexo explícito ou pornográfica.

b) Para fins de dosimetria da pena, é irrelevante a quantidade de material apreendido em posse do agente.

c) Não há crime se a posse ou o armazenamento tem a finalidade de comunicar às autoridades competentes a ocorrência da conduta descrita no tipo penal. Nesse caso, a comunicação poderá ser feita por qualquer pessoa.

d) A definição legal de pornografia infantil apresentada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente é completa (art. 241-E) e trata-se de norma penal explicativa.

e) É típica a conduta de fotografar e armazenar cena pornográfica envolvendo criança ou adolescente, na hipótese em que restar incontroversa a finalidade sexual e libidinosa das fotografias, com enfoque nos órgãos genitais das vítimas - ainda que cobertos por peças de roupas.

38. Uma das etapas do processo de adoção é o estágio de convivência com a criança ou o adolescente. Sobre o tema, é correto afirmar:

a) O estágio de convivência terá prazo máximo de até 120 dias, observadas a idade da criança ou adolescente e as peculiaridades do caso.

b) O estágio de convivência não poderá ser dispensado, salvo na hipótese de guarda de fato.

c) O prazo do estágio de convivência poderá ser prorrogado por até igual período, sem necessidade de decisão fundamentada da autoridade judiciária, bastando petição dos adotantes e termo de concordância da criança ou adolescente.

d) O estágio de convivência será acompanhado pela equipe interprofissional a serviço da Justiça da Infância e da Juventude, preferencialmente

com apoio dos técnicos responsáveis pela execução da política de garantia do direito à convivência familiar, que apresentarão relatório minucioso acerca da conveniência do deferimento da medida.

e) O estágio de convivência será cumprido obrigatoriamente em território nacional e na comarca de residência da criança ou adolescente.

39. A colocação em família substituta far-se-á mediante guarda, tutela ou adoção, independentemente da situação jurídica da criança ou adolescente. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, é incorreto afirmar que:

a) Se os pais forem falecidos, tiverem sido destituídos ou suspensos do poder familiar, ou houverem aderido expressamente ao pedido de colocação em família substituta, este poderá ser formulado diretamente em cartório, em petição assinada pelos próprios requerentes, dispensada a assistência de advogado.

b) Na hipótese de concordância dos pais, o juiz, na presença do Ministério Público, ouvirá as partes, devidamente assistidas por advogado ou defensor público, para verificar concordância com a adoção no prazo máximo de 10 dias, contado da data do protocolo da petição ou da entrega da criança em juízo, tomando por termo as declarações. Em seguida, o juiz declarará a extinção do poder familiar.

c) O consentimento dos titulares do poder familiar será precedido de orientações e esclarecimentos prestados pela equipe interprofissional da Justiça da Infância e da Juventude, em especial, no caso de adoção, sobre a irrevogabilidade da medida.

d) O consentimento prestado por escrito não terá validade se não for ratificado em audiência. Poderá haver a retratação do consentimento até a data da realização da audiência e os pais podem exercer o arrependimento no prazo de 10 dias, contado da data de prolação da sentença de extinção do poder familiar.

e) O consentimento terá valor se for dado a qualquer tempo, desde que livre de vícios de manifestação de vontade, conforme a legislação civil.

40. A Lei nº 13.441/2017 incluiu a Seção V-A ao Estatuto da Criança e do Adolescente a abordar a infiltração de agentes de polícia para a investigação de crimes contra a dignidade sexual de criança e de adolescente. Sobre o tema, pode-se afirmar:

a) A infiltração de agentes de polícia na internet poderá ser feita para a investigação de quaisquer crimes.

b) A infiltração de agentes de polícia na internet dependerá de prévia autorização judicial, devidamente circunstanciada e fundamentada, que estabelecerá os limites da infiltração para obtenção de prova, ouvido o Ministério Público.

c) A infiltração de agentes de polícia na internet não dependerá de prévia autorização judicial, desde que decorrente de diligência determinada pelo Ministério Público no bojo de inquérito civil em curso.

d) A infiltração não poderá exceder o prazo de 90 (noventa dias), sem prejuízo de eventuais renovações, desde que o total não exceda 360 (trezentos e sessenta) dias e seja demonstrada a sua efetiva necessidade, a critério da autoridade policial.

e) A infiltração de agentes de polícia na internet será admitida, ainda que a prova possa ser obtida por outros meios, desde que a infiltração se revele mais conveniente à instrução penal.

DIREITO PENAL

41. Sobre as alterações levadas a efeito pela Lei 13.964/2019, conhecida como Pacote Anticrime, assinale a alternativa INCORRETA:

a) Desde que observados os requisitos previstos no caput do artigo 25 do Código Penal, considera-se também em legítima defesa o agente de segurança pública que repele agressão ou risco de agressão a vítima mantida refém durante a prática de crimes.

b) No crime de estelionato, a ação passa a ser pública incondicionada nos casos de o delito ser praticado contra a Administração Pública, direta ou indireta; criança ou adolescente; pessoa com deficiência mental ou maior de 70 (setenta) anos de idade ou incapaz.

c) O tempo de cumprimento das penas privativas de liberdade não pode ser superior a 40 (quarenta) anos. Referida modificação só se aplica aos crimes cometidos após o início de vigência da Lei.

d) Na hipótese de condenação por infrações sujeitas à pena de reclusão, poderá ser decretada a perda, como produto ou proveito do crime, dos bens correspondentes à diferença entre o valor do patrimônio do condenado e aquele que seja compatível com o seu rendimento lícito.

e) se a violência ou grave ameaça é exercida com emprego de arma branca, o crime de roubo passa a ser majorado. Se praticado antes do início da vigência de referida lei, o crime deve ser considerado de roubo simples, se praticado em tais circunstâncias.

42. Sobre o crime de induzimento, instigação ou auxílio a suicídio ou a automutilação, assinale a alternativa correta:

a) no caso de auxílio, o agente pode auxiliar na execução do suicídio ou da automutilação, desde que reste à vítima a decisão final sobre a mutilação ou sua morte.

b) A pena é duplicada se o crime é praticado por motivo fútil.

c) Só há previsão de sanção penal se o suicídio se consuma ou se da conduta resulta, na vítima, lesão corporal de natureza grave. Por isso, a doutrina majoritária entende não ser cabível a tentativa.

d) A primeira majorante, prevista no parágrafo quarto, traz o aumento da pena de metade se a conduta for realizada por meio da rede de computadores, de rede social ou transmitida em tempo real.

e) A pena é duplicada se a vítima é menor ou não possui, por qualquer causa, a capacidade de resistência.

43. Sobre o crime de tráfico de drogas, assinale a alternativa correta:

a) Oferecer droga, eventualmente e sem objetivo de lucro, a pessoa de seu relacionamento, para juntos a consumirem, configura crime, com pena de- detenção, de 6 (seis) meses a 1 (um) ano, e pagamento de 700 (setecentos) a 1.500 (mil e quinhentos) dias-multa. Além disso, são aplicadas as penas previstas no art. 28 da Lei 11.343/2006.

b) A incidência da atenuante da confissão espontânea no crime de tráfico ilícito de entorpecentes não exige o reconhecimento da traficância pelo acusado, bastando a mera admissão da posse ou propriedade para uso próprio, caso o juiz utilize a confissão na fundamentação da sentença.

c) Não configura tráfico a conduta daquele que vende ou entrega drogas ou matéria-prima, insumo ou produto químico destinado à preparação de drogas, sem autorização ou em desacordo com a determinação legal ou regulamentar, a agente policial disfarçado, mesmo que presentes elementos probatórios razoáveis de conduta criminal preexistente. Isto porque se trata de nítido flagrante preparado.

d) Com a modificação feita pela Lei 13.964/2019, passa a se considerar delito equiparado a hediondo, para o fim de progressão de regime, o crime de tráfico de drogas previsto no § 4º do art. 33 da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006.

e) A majorante do tráfico transnacional de drogas (art. 40, I, da lei 11.343/06) exige, passa sua incidência, a efetiva transposição de fronteiras.

44. Com relação às velocidades do direito penal, assinale a opção em que a terminologia apresentada se relaciona com a condenação, pelo Tribunal Penal Internacional, do ex-primeiro-ministro ruandês Jean Kambanda à prisão perpétua.

a) Direito penal do inimigo.

b) Primeira velocidade do direito penal.

c) Segunda velocidade do direito penal.

d) Terceira velocidade do direito penal.

e) Quarta velocidade do direito penal.

45. Assinale a alternativa que representa um entendimento consolidado no STJ:

a) O crime de extorsão consuma-se com a obtenção da vantagem indevida.

b) A pronúncia é causa interruptiva da prescrição, salvo se o Tribunal do Júri venha a desclassificar o crime.

c) Pode-se declarar a extinção da punibilidade pela prescrição da pretensão punitiva com fundamento em pena hipotética, independentemente da existência ou sorte do processo penal.

d) O benefício da suspensão do processo não é aplicável em relação às infrações penais cometidas em concurso material, concurso formal ou continuidade delitiva, quando a pena mínima cominada, seja pelo somatório, seja pela incidência da majorante, ultrapassar o limite de um (01) ano.

e) A conduta de atribuir-se falsa identidade perante autoridade policial é atípica, caso praticada em situação de autodefesa.

46. Assinale a alternativa que representa um entendimento consolidado no STF:

a) Há crime de latrocínio tentado quando o homicídio se consuma, mas o agente não consiga a subtração de bens da vítima

b) Transitada em julgado a sentença condenatória, a aplicação de lei mais benigna depende de revisão criminal.

c) Mesmo quando nula a decisão de primeiro grau, o acórdão que provê o recurso contra a rejeição da denúncia vale, desde logo, pelo recebimento dela.

d) A Lei penal aplica-se ao crime continuado ou ao crime permanente, se a sua vigência é anterior à cessação da continuidade ou da permanência, salvo se for mais gravosa.

e) É concorrente a legitimidade do ofendido, mediante queixa, e do ministério público, condicionada à representação do ofendido, para a ação penal por crime contra a honra de servidor público em razão do exercício de suas funções.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

47. Assinale a alternativa que contém afirmação correta sobre o inquérito policial e disposições preliminares do Código de Processo Penal.

a) O arquivamento do inquérito, pela insuficiência de material probatório disponível no que se refere à comprovação da autoria e materialidade do crime, pode ser ordenado pela autoridade judiciária ou policial.

b) A autoridade policial poderá manter o indiciado incomunicável por até cinco dias se essa medida for indispensável à investigação.

c) Determinado o arquivamento do inquérito pela autoridade judiciária, em face da inexistência de elementos suficientes para o oferecimento da denúncia, a autoridade policial não poderá dar seguimento às investigações, sob pena de violação do princípio do ne bis in idem.

d) Nas comarcas em que houver mais de uma circunscrição policial, a autoridade com exercício em uma delas poderá, nos inquéritos que conduza, ordenar diligências em circunscrição de outra, independentemente de precatórias ou requisições.

e) O inquérito, por consistir em procedimento indispensável à formação da opinião delicti, deverá acompanhar a denúncia ou a queixa criminal.

48. A respeito das medidas cautelares e prisão preventiva, assinale a alternativa correta:

a) a contemporaneidade dos fatos não é requisito legal da prisão preventiva.

b) poderá ser decretada quando houver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria e de perigo gerado pelo estado de liberdade do imputado.

c) poderá ser decretada como garantia da ordem econômica, nos crimes dolosos punidos com

pena privativa de liberdade máxima superior a 03 (três) anos.

d) poderá ser decretada pelo juiz, de ofício, se no curso da ação penal.

e) no caso de descumprimento de qualquer das obrigações impostas a título de medida cautelar pode o juiz, de ofício, substituir a medida ou, ainda, impor outra em cumulação.

49. Sobre os princípios do processo penal, assinale a alternativa correta.

a) A interposição de um recurso incabível em lugar daquele legalmente previsto para impugnar determinada decisão, ainda que protocolizado tempestivamente, segundo a atual jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, tem como consequência prática o não conhecimento da irresignação da parte em decorrência do princípio da unirrecorribilidade.

b) Em razão do princípio da indivisibilidade, o não ajuizamento de ação penal contra todos os coautores de crime de roubo implicará o arquivamento implícito em relação àqueles que não forem denunciados.

c) O princípio da unirrecorribilidade, singularidade ou unicidade prevê que a cada decisão judicial caberá apenas um único recurso.

d) O princípio da presunção de inocência ou da não culpabilidade subsiste durante todo o processo e tem o objetivo de garantir o ônus da prova à acusação até declaração da responsabilidade por sentença penal condenatória, mesmo que não transitada em julgado.

e) O princípio da fungibilidade deverá ser aplicado a todos os recursos que forem apresentados de forma indevida.

50. Da decisão que recusar homologação à proposta de acordo de não persecução penal, caberá interposição de:

- a) Recurso em sentido estrito, no prazo de 5 (cinco) dias.
- b) Apelação, no prazo de 10 (dez) dias.
- c) Carta testemunhável, no prazo de 2 (dois) dias.
- d) Recurso em sentido estrito, no prazo de 10 (dez) dias.
- e) Apelação, no prazo de 05 (cinco) dias.

51. Assinale a alternativa INCORRETA a respeito de procedimento e provas no Código de Processo Penal prova:

- a) A oitiva de testemunha referida somente será deferida se ao juiz parecer conveniente.
- b) o juiz suspenderá a instrução criminal sempre que for emitida carta precatória para oitiva de testemunha em comarca diversa, evitando assim a inversão na ordem de oitivas.
- c) A falta de exame complementar, em caso de lesões corporais, poderá ser suprida pela prova testemunhal.
- d) No caso de exame de corpo de delito, é vedado ao juiz ou a autoridade policial negar a perícia requerida pelas partes.
- e) o juiz poderá colher, de ofício ou a pedido das partes, o depoimento antecipado de testemunha que, por velhice ou doença, possa vir a falecer antes de realizada a instrução criminal.

52. Assinale a alternativa correta:

- a) as medidas cautelares dispostas no artigo 319 do Código de Processo Penal não podem ser aplicadas de forma cumulativa.
- b) não se admite a utilização de elementos colhidos no inquérito policial, salvo quando se tratar de provas irrepetíveis, como um dos fundamentos para a decisão condenatória.
- c) não é nulo o julgamento ulterior pelo júri com a participação de jurado que funcionou em julgamento anterior do mesmo processo.

d) quando a infração deixar vestígios, a coleta deve ser feita exclusivamente por perito oficial, que dará o encaminhamento necessário para a central de custódia, mesmo quando for necessária a realização de exames complementares.

e) decretada a prisão preventiva, deverá o órgão emissor da decisão revisar a necessidade de sua manutenção a cada 90 (noventa) dias, mediante decisão fundamentada, de ofício, sob pena de tornar a prisão ilegal.

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

53. Nos termos da Lei 13.260/2016 (Lei Antiterrorismo), assinale a alternativa correta.

- a) Os crimes previstos na referida Lei são praticados contra o interesse da União, cabendo à Polícia Federal a investigação criminal, em sede de inquérito judicial.
- b) O juiz determinará, na hipótese de existência de tratado ou convenção internacional e por solicitação de autoridade estrangeira competente, medidas assecuratórias sobre bens, direitos ou valores oriundos de crimes descritos nesta Lei praticados no estrangeiro.
- c) O terrorismo consiste na prática por um ou mais indivíduos dos atos previstos nesta lei, por razões de xenofobia, discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia e religião, quando cometidos com a finalidade de provocar terror social ou generalizado, ou, apenas expor a perigo pessoa, patrimônio, a paz pública ou a incolumidade pública por qualquer motivo.
- d) São atos de terrorismo incendiar, depredar, saquear, destruir ou explodir meios de transporte ou qualquer bem público ou privado.
- e) São atos de terrorismo incendiar, interferir, sabotar ou danificar sistemas de informática ou bancos de dados, quando cometidos com a finalidade de provocar terror social ou generalizado.

54. Em investigação direta feita pelo Ministério Público, o promotor de justiça toma conhecimento de lavagem de dinheiro feita por uma associação criminosa na cidade de sua competência funcional. Por razões cautelares, intercepta as conversas telefônicas do líder da associação criminosa sem requerer a autorização do juiz. Com relação a essa conduta, é correto afirmar que o promotor

- a) agiu corretamente, considerando a cautelaridade da medida.
- b) incorreu no crime previsto no artigo 10 da Lei das interceptações telefônicas.
- c) agiu corretamente, considerando que a interceptação de comunicações telefônicas pode ser a primeira opção como meio de obtenção de prova.
- d) não agiu corretamente, porque a interceptação de comunicação telefônica não pode ser determinada no curso da investigação.
- e) não agiu corretamente, porque deveria ter submetido a análise da necessidade dessa prova ao delegado que preside as investigações preliminares.

55. Nos termos da Lei 9.099/95, que trata do rito comum sumaríssimo, ao autor do fato típico definido como infração penal de menor potencial ofensivo, após a lavratura do termo circunstanciado, caso se comprometa a comparecer junto ao Juizado Especial Criminal, não se imporá prisão em flagrante,

- a) a menos que o agente seja reincidente.
- b) a menos que se recuse a ressarcir a vítima.
- c) a menos que tenha maus antecedentes.
- d) a menos que não caiba liberdade provisória.
- e) nem se exigirá fiança.

56. A respeito da Lei 7.716/89, não caracteriza crime resultantes de preconceito de raça ou de cor:

- a) fabricar, comercializar, distribuir ou veicular símbolos, emblemas, ornamentos, distintivos ou propaganda que utilizem a cruz suástica ou gamada, para fins de divulgação do nazismo.

b) praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional.

c) impedir ou obstar, por qualquer meio ou forma, o casamento ou convivência familiar e social.

d) distribuir ou veicular símbolos, emblemas, ornamentos, distintivos ou propaganda que utilizem posicionamento político ostensivo contra o Governo Federal.

e) recusar, negar ou impedir a inscrição ou ingresso de aluno em estabelecimento de ensino público ou privado de qualquer grau.

57. Assinale a alternativa que contempla um crime previsto na Lei no 11.101/2005 (Lei de Recuperação de Empresas e Falência):

- a) Gestão fraudulenta da empresa.
- b) Lavagem de bens empresariais.
- c) Contabilidade paralela.
- d) Violação de sigilo funcional.
- e) Fraude a credores.

DIREITO CONSTITUCIONAL

58. Em consonância com a previsão constitucional sobre intervenção, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) A intervenção federal é uma das limitações circunstanciais impostas à atividade do poder constituinte derivado previstas no artigo 60.
- b) A decretação da intervenção para garantir o livre exercício de qualquer dos Poderes nos entes federativos dependerá de solicitação do Legislativo ou do Executivo coacto ou impedido, ou de requisição do Supremo Tribunal Federal, se a coação for contra o Judiciário.
- c) O decreto de intervenção será submetido, em regra, à apreciação do Senado Federal ou da Assembleia Legislativa do Estado no prazo de vinte e quatro horas.

d) A intervenção federal será decretada pelo Presidente da República, tendo como pressuposto, no caso de violação do sistema representativo, decisão do Supremo Tribunal Federal que declare a inconstitucionalidade do ato a esse ofensivo.

e) A decretação da intervenção dependerá, no caso de desobediência à ordem ou à decisão judiciária, de requisição do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do Tribunal Superior Eleitoral.

59. Segundo a CF, o regime próprio de previdência social dos servidores titulares de cargos efetivos terá caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente federativo, de servidores ativos, de aposentados e de pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial. Sobre esse tema, assinale a alternativa incorreta.

a) O servidor abrangido por regime próprio de previdência social será aposentado por incapacidade permanente para o trabalho, no cargo em que estiver investido, quando insuscetível de readaptação, hipótese em que será obrigatória a realização de avaliações periódicas para verificação da continuidade das condições que ensejaram a concessão da aposentadoria, na forma de lei do respectivo ente federativo.

b) O servidor abrangido por regime próprio de previdência social será aposentado compulsoriamente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, aos 70 (setenta) anos de idade, ou aos 75 (setenta e cinco) anos de idade, na forma de lei complementar.

c) Poderão ser estabelecidos por lei complementar do respectivo ente federativo idade e tempo de contribuição diferenciados para aposentadoria de servidores com deficiência, previamente submetidos a avaliação biopsicossocial realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar.

d) Poderão ser estabelecidos por lei complementar do respectivo ente federativo idade e tempo de contribuição diferenciados para aposentadoria de servidores cujas

atividades sejam exercidas com efetiva exposição a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, ou associação desses agentes, facultada a caracterização por categoria profissional ou ocupação.

e) Observados critérios a serem estabelecidos em lei do respectivo ente federativo, o servidor titular de cargo efetivo que tenha completado as exigências para a aposentadoria voluntária e que opte por permanecer em atividade poderá fazer jus a um abono de permanência equivalente, no máximo, ao valor da sua contribuição previdenciária, até completar a idade para aposentadoria compulsória

60. A iniciativa popular no processo de reforma da Constituição Federal de 1988

a) não é contemplada pelo texto constitucional vigente, posto que este prevê que todo poder emana do povo, que o exercerá exclusivamente por meio de representantes eleitos.

b) é vedada pelo texto constitucional vigente, que prevê que a participação popular se dará exclusivamente por meio do voto, do plebiscito e do referendo.

c) é prevista expressamente pelo texto constitucional, podendo ser exercida pela apresentação de proposta subscrita por, no mínimo, cinco por cento do eleitorado nacional.

d) não é prevista expressamente pelo texto constitucional, muito embora seja admitida por alguns autores, com fundamento em uma interpretação sistemática da Constituição Federal.

e) é prevista expressamente pelo texto constitucional, podendo ser exercida pela apresentação de proposta subscrita por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional.

61. Considerando a pouca quantidade de defensores públicos indispensáveis ao atendimento adequado dos necessitados na forma da lei, o Estado do Rio Grande do Sul aprovou o respectivo projeto e sancionou a lei Y, que criou a obrigatoriedade de estágio curricular no atendimento da assistência jurídica gratuita por núcleo de prática jurídica integrante do departamento de direito de universidade estadual, estabelecendo sua organização, seu funcionamento e seus horários, inclusive determinando sua atuação em regime de plantão, bem como vinculando a certificação da conclusão do curso de bacharelado pelos alunos ao cumprimento do referido estágio. Conforme a CF, a doutrina e a jurisprudência do STF, a lei Y é

a) constitucional por atender ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão disposto em norma constitucional.

b) inconstitucional por ferir a autonomia didático-científica e administrativa da universidade.

c) constitucional, mas não atende a legislação que estabelece os critérios nacionais para a política educacional.

d) inconstitucional por atribuir função exclusiva de órgão da DP à universidade estadual.

e) inconstitucional apenas quanto ao condicionamento da certificação da conclusão do curso ao cumprimento do estágio curricular obrigatório.

62. Na hipótese de o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul ajuizar uma ação civil pública em âmbito da justiça estadual, objetivando, em defesa do patrimônio público, a anulação de uma licitação baseada em lei municipal incompatível com dispositivo da Constituição Federal, é correto afirmar que o Poder Judiciário Estadual

a) poderá conhecer da ação, mas o pedido deverá ser julgado improcedente, pois a lei municipal não pode ser objeto de controle de constitucionalidade perante a Constituição Federal.

b) não poderá conhecer da ação, uma vez que o controle de constitucionalidade de leis e atos normativos em face da Constituição Federal é de competência da Justiça Federal.

c) poderá conhecer da ação, e o controle de constitucionalidade poderá ser decidido de modo incidental restringindo-se seus efeitos inter partes.

d) não poderá sequer conhecer da ação, uma vez que a ação civil pública não pode ser utilizada como sucedâneo de ação direta de inconstitucionalidade.

e) poderá conhecer da ação, inclusive com a atribuição de efeito erga omnes no caso de procedência da demanda.

63. Assinale a alternativa que contém norma do texto constitucional que NÃO foi inserida ou alterada pela Emenda Constitucional nº 45, de 30 de dezembro de 2004.

a) Obrigatoriedade de previsão, no Estatuto da Magistratura, de que o juiz titular resida na respectiva comarca, salvo autorização do tribunal.

b) Vedação aos juízes de receber, a qualquer título ou pretexto, custas ou participações em processos.

c) Garantia, no âmbito judicial e administrativo, da razoável duração do processo e dos meios que garantam a celeridade de sua tramitação.

d) Competência do Superior Tribunal de Justiça para processar e julgar originariamente a homologação de sentenças estrangeiras e a concessão de exequatur às cartas rogatórias.

e) Atribuição de efeito vinculante às decisões definitivas de mérito proferidas pelo Supremo Tribunal Federal nas ações declaratórias de constitucionalidade.

64. Acerca da saúde, direito de todos e dever do Estado, segundo a Constituição Federal (art. 196), assinale a assertiva correta.

a) O direito à saúde representa prerrogativa jurídica indisponível, assegurada à generalidade das pessoas, encerrando um dever de todos os entes políticos que compõem, no plano institucional, a organização federativa do Estado brasileiro.

b) O dispositivo em questão encerra norma programática que depende de lei complementar para sua aplicação pelo Poder Judiciário.

c) O Município não pode ser condenado ao fornecimento de internação hospitalar por se tratar de matéria de alta complexidade, a ser suportada pelo Estado-Membro.

d) O Poder Judiciário não pode interferir no orçamento da Fazenda Pública, violando a harmonia dos Poderes, ao determinar o fornecimento de medicamento à pessoa necessitada.

e) É vedado à iniciativa privada participar da assistência à saúde.

65. Considere o seguinte caso hipotético. Lei do Estado do Rio Grande do Sul estabelece hipóteses de gratuidade de estacionamento, em razão do tempo de utilização ou da realização de compras acima de determinado valor, em estabelecimentos privados, como shopping centers e hipermercados. O Supremo Tribunal Federal considera, sob o ponto de vista da repartição de competências estabelecida na Constituição Federal, que tal lei é

a) constitucional, pois versa sobre responsabilidade por dano ao consumidor, matéria de competência reservada aos Estados.

b) inconstitucional, pois versa sobre o funcionamento do comércio, o que se caracteriza como interesse local e, portanto, competência municipal.

c) constitucional, pois versa sobre custos de serviços, matéria de competência concorrente entre União, Estados, Municípios e Distrito Federal.

d) inconstitucional, pois versa sobre limitação genérica ao direito de propriedade, limitação essa para a qual seria competente somente a União.

e) inconstitucional, pois versa sobre relações de consumo, que é matéria de competência privativa da União.

66. Assinale a alternativa que está em conformidade com o disposto na Constituição Federal acerca da Tributação e do Orçamento.

a) A União, mediante lei ordinária federal, poderá instituir empréstimos compulsórios, e a aplicação dos seus respectivos recursos será vinculada à despesa que fundamentou sua instituição.

b) Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre a transmissão causa mortis e doação, de quaisquer bens ou direitos e sobre operações relativas à circulação de mercadorias e prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior.

c) A União, os Estados e o Distrito Federal podem instituir contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas, como instrumento de sua atuação nas respectivas áreas.

d) A lei poderá atribuir a sujeito passivo de obrigação tributária a condição de responsável pelo pagamento de imposto ou contribuição, cujo fato gerador deva ocorrer posteriormente, assegurada a posterior compensação nos meses seguintes, caso não se realize o fato gerador presumido.

e) Compete aos Municípios instituir impostos sobre a propriedade predial e territorial urbana e sobre a transmissão inter vivos, a qualquer título, por ato oneroso ou gratuito, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição.

DIREITO ELEITORAL

67. O Fundo Partidário Nacional tem por objetivo o fortalecimento dos partidos políticos, garantindo a diversidade e a autonomia financeira das legendas. A Emenda Constitucional nº 97/2017 alterou o artigo 17 da Constituição Federal, de modo que somente terão direito a recursos do fundo partidário e acesso gratuito ao rádio e à televisão (direito de antena), os partidos políticos que:

a) obtiverem, nas eleições para a Câmara dos Deputados, no mínimo, 3% (três por cento) dos votos válidos, distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação, com um mínimo de 2% (dois por cento) dos votos válidos em cada uma delas e tiverem eleito pelo menos quinze Deputados Federais distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação.

b) obtiverem, nas eleições para a Câmara dos Deputados, no mínimo, 2% (dois por cento) dos votos válidos, distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação, com um mínimo de 3% (três por cento) dos votos válidos em cada uma delas e tiverem eleito pelo menos quinze Deputados Federais distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação.

c) obtiverem, nas eleições para a Câmara dos Deputados, no mínimo, 3% (três por cento) dos votos válidos, distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação, com um mínimo de 2% (dois por cento) dos votos válidos em cada uma delas ou tiverem eleito pelo menos quinze Deputados Federais distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação.

d) obtiverem, nas eleições para a Câmara dos Deputados, no mínimo, 2% (dois por cento) dos votos válidos, distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação, com um mínimo de 3% (três por cento) dos votos válidos em cada uma delas ou tiverem eleito pelo menos quinze Deputados Federais distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação.

e) Ao eleito por partido que não preencher os requisitos previstos é assegurado o mandato e facultada a filiação, sem perda do mandato, a outro partido que os tenha atingido. Essa filiação será considerada para fins de distribuição dos recursos do fundo partidário e de acesso gratuito ao tempo de rádio e de televisão.

68. A Constituição Federal apresenta uma série de hipóteses de inelegibilidade. Considerando o texto constitucional e a jurisprudência dos Tribunais Superiores, assinale a alternativa correta.

a) A dissolução da sociedade ou do vínculo conjugal, no curso do mandato, não afasta a inelegibilidade prevista no § 7º do artigo 14 da Constituição Federal, ainda que a extinção do vínculo conjugal ocorra por morte de um dos cônjuges.

b) As hipóteses de inelegibilidade somente podem ser fixada taxativamente pela Constituição Federal.

c) A vedação ao exercício de três mandatos consecutivos de prefeito pelo mesmo núcleo familiar aplica-se na hipótese em que tenha havido a convocação do segundo colocado nas eleições para o exercício de mandato-tampão.

d) A vedação da figura do prefeito itinerante (prefeito profissional) foi objeto de análise apenas perante o Tribunal Superior Eleitoral.

e) São inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o 3º grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.

69. Sobre a captação ilícita de sufrágio prevista na Lei nº 9.504/97, é correto afirmar que:

- a) Constitui captação ilícita de sufrágio o candidato doar, oferecer, prometer, ou entregar, ao eleitor, com o fim de obter-lhe o voto, bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive emprego ou função pública, desde o registro da candidatura até o dia da eleição.
- b) Para a caracterização da captação ilícita de sufrágio, é necessário que o candidato peça explicitamente o voto.
- c) O agente que praticar atos de violência ou grave ameaça a pessoa, com o fim de obter-lhe o voto, terá sua pena aumentada de um a dois terços.
- d) A representação contra as condutas vedadas pela Lei das Eleições poderá ser ajuizada até a posse do agente.
- e) O prazo de recurso contra decisões proferidas com base neste artigo será de 5 dias, a contar da data da publicação do julgamento no Diário Oficial.

70. Considerando as disposições constitucionais sobre a Justiça Eleitoral, pode-se afirmar que:

- a) A Constituição Federal aponta taxativamente como órgãos da Justiça Eleitoral: o Tribunal Superior Eleitoral, os Tribunais Regionais Eleitorais e os Juízes Eleitorais.
- b) O Tribunal Superior Eleitoral compor-se-á de sete membros escolhidos mediante eleição entre ministros do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, e por nomeações do Presidente da República.
- c) O Tribunal Superior Eleitoral elegerá seu Presidente, Vice-Presidente e o Corregedor Eleitoral dentre os ministros do Supremo Tribunal Federal.
- d) São irrecorríveis as decisões do Tribunal Superior Eleitoral, salvo as que contrariarem esta Constituição e as denegatórias de habeas corpus ou mandado de segurança.
- e) Os Tribunais Regionais Eleitorais instalarão a justiça itinerante, com a realização de audiências e demais funções de atividade jurisdicional, nos limites territoriais da respectiva jurisdição,

servindo-se de equipamentos públicos e comunitários.

DIREITO EMPRESARIAL

71. Considere as afirmações abaixo a respeito do empresário:

- I. A inscrição do empresário na Junta Comercial não é requisito para a sua caracterização, admitindo-se o exercício da empresa sem tal providência.
- II. O registro do empresário ou sociedade rural na Junta Comercial é facultativo e de natureza constitutiva, sujeitando-o ao regime jurídico empresarial. É inaplicável esse regime ao empresário ou sociedade rural que não exercer tal opção.
- III. A inscrição do empresário ou sociedade empresária é requisito delineador de sua caracterização.

Quais estão corretas?

- a) Apenas I.
- b) Apenas II.
- c) Apenas I e II.
- d) Apenas I e III.
- e) Apenas II e III.

72. Assinale a alternativa **INCORRETA** acerca dos contratos empresariais:

- a) Os contratos empresariais presumem-se paritários e simétricos até a presença de elementos concretos que justifiquem o afastamento dessa presunção, ressalvados os regimes jurídicos previstos em leis especiais.
- b) A revisão contratual somente ocorrerá de maneira excepcional e limitada.
- c) Nos contratos empresariais, os contratantes são todos empresários.
- d) Não se aplica o Código de Defesa do Consumidor aos contratos celebrados entre empresários em que um dos contratantes tenha por objetivo suprir-se de insumos para sua atividade de produção, comércio ou prestação de serviços.

e) Os contratos empresariais apresentam características particulares, como: caráter estático, formalidade e uniformização.

73. Quanto à propriedade industrial, assinale a alternativa **correta**:

a) O titular ficará sujeito a ter a patente licenciada compulsoriamente se, por meio dela, praticar abuso de poder econômico comprovado por decisão exclusivamente judicial.

b) As licenças compulsórias serão sempre concedidas com exclusividade, não se admitindo o sublicenciamento.

c) O dano moral por uso indevido da marca é aferível *in re ipsa*, ou seja, sua configuração decorre da mera comprovação da prática da conduta ilícita, revelando-se despidendo a demonstração de prejuízos concretos ou a comprovação probatória do efetivo abalo moral.

d) A invenção e o modelo de utilidade são considerados novos quando compreendidos no estado da técnica.

e) É patenteável a invenção que atenda aos requisitos de atividade inventiva e aplicação industrial.

74. Assinale a alternativa **correta** a respeito da disciplina dos Títulos de Crédito:

a) O prazo para ajuizamento de ação monitória em face do emitente de nota promissória sem força executiva é quinquenal, a contar do dia seguinte ao vencimento do título.

b) Em ação monitória fundada em cheque prescrito ajuizada contra o emitente, é exigível a menção ao negócio jurídico subjacente à emissão da cártula.

c) Em ação monitória utilizada pelo portador para cobrança de cheque, a correção monetária incide a partir da data de emissão estampada na cártula, e os juros de mora a contar da citação.

d) É inadmissível a ação monitória fundada em cheque prescrito.

e) O prazo para ajuizamento de ação monitória em face do emitente de cheque sem força

executiva é quinquenal, a contar do dia seguinte ao término do prazo de apresentação.

75. Em relação à sociedade anônima, considere as afirmações abaixo:

I. As debêntures conferirão aos seus titulares direito de crédito eventual contra a companhia, consistente na participação nos lucros anuais.

II. A companhia poderá emitir partes beneficiárias que conferirão aos seus titulares direito de crédito contra ela, nas condições constantes da escritura de emissão e, se houver, do certificado.

III. Os bônus de subscrição conferirão aos seus titulares, nas condições constantes do certificado, direito certo de crédito contra a companhia, consistente na participação nos lucros anuais.

Quais estão corretas?

a) Apenas I.

b) Apenas II.

c) Apenas I e II.

d) Apenas III.

e) Nenhuma.

76. A respeito da falência, assinale a alternativa **INCORRETA**:

a) Será decretada a falência do devedor que, sem relevante razão de direito, não paga, no vencimento, obrigação líquida materializada em título ou títulos executivos protestados cuja soma ultrapasse o equivalente a 40 (quarenta) salários-mínimos na data do pedido de falência.

b) Será decretada a falência do devedor que dá ou reforça garantia a credor por dívida contraída anteriormente, mesmo que fique com bens livres e desembaraçados suficientes para saldar seu passivo.

c) Será decretada a falência do devedor que, executado por qualquer quantia líquida, não paga, não deposita e não nomeia à penhora bens suficientes dentro do prazo legal.

d) Será decretada a falência do devedor que realiza ou, por atos inequívocos, tenta realizar, com o objetivo de retardar pagamentos ou fraudar credores, negócio simulado ou alienação de parte ou da totalidade de seu ativo a terceiro, credor ou não.

e) Será decretada a falência do devedor que transfere estabelecimento a terceiro, credor ou não, sem o consentimento de todos os credores e sem ficar com bens suficientes para solver seu passivo.

DIREITO TRIBUTÁRIO

77. Assinale a alternativa incorreta:

a) Os partidos políticos, assim como suas fundações, possuem imunidade tributária com relação aos impostos, desde que atendidos os requisitos legais.

b) São imunes com relação aos impostos as entidades sindicais dos trabalhadores e dos empregadores, desde que atendidos os requisitos legais.

c) A imunidade tributária conferida a instituições de assistência social sem fins lucrativos pelo art. 150, VI, "c", da Constituição, somente alcança as entidades fechadas de previdência social privada se não houver contribuição dos beneficiários.

d) Ainda quando alugado a terceiros, permanece imune ao IPTU o imóvel pertencente a qualquer das entidades referidas pelo art. 150, VI, "c", da Constituição Federal, desde que o valor dos aluguéis seja aplicado nas atividades para as quais tais entidades foram constituídas.

e) São imunes com relação aos impostos os fonogramas e videofonogramas musicais produzidos no Brasil contendo obras musicais ou literomusicais de autores brasileiros e/ou obras em geral interpretadas por artistas brasileiros bem como os suportes materiais ou arquivos digitais que os contenham, salvo na etapa de replicação industrial de mídias ópticas de leitura a laser.

78. Assinale a alternativa incorreta, de acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal:

a) Normas relativas à prescrição e decadência em matéria tributária são reservadas à lei complementar.

b) O serviço de iluminação pública não pode ser remunerado mediante taxa.

c) A taxa cobrada exclusivamente em razão dos serviços públicos de coleta, remoção e tratamento ou destinação de lixo ou resíduos provenientes de imóveis, não viola o artigo 145, II, da Constituição Federal.

d) É inconstitucional a taxa de renovação de funcionamento e localização municipal.

e) É constitucional a taxa de fiscalização dos mercados de títulos e valores mobiliário.

79. Assinale a alternativa incorreta de acordo com a jurisprudência dos Tribunais Superiores:

a) O benefício da denúncia espontânea não se aplica aos tributos sujeitos a lançamento por homologação regularmente declarados, mas pagos a destempo.

b) O inadimplemento da obrigação tributária pela sociedade não gera, por si só, a responsabilidade solidária do sócio-gerente.

c) Presume-se dissolvida irregularmente a empresa que deixar de funcionar no seu domicílio fiscal, sem comunicação aos órgãos competentes, legitimando o redirecionamento da execução fiscal para o sócio-gerente.

d) É devida a restituição da diferença do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) pago a mais no regime de substituição tributária para a frente se a base de cálculo efetiva da operação for inferior à presumida.

e) A denúncia espontânea não resta configurada na hipótese em que o contribuinte, após efetuar a declaração parcial do débito tributário (sujeito a lançamento por homologação) acompanhado do respectivo pagamento integral, retifica-a (antes de qualquer procedimento da Administração Tributária), noticiando a existência de diferença a maior, cuja quitação se dá concomitantemente.

80. Sobre as garantias e privilégios do crédito tributário, assinale a alternativa incorreta.

a) A enumeração das garantias atribuídas pelo CTN ao crédito tributário não exclui outras que sejam expressamente previstas em lei, em função da natureza ou das características do tributo a que se refiram.

b) Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial.

c) São extraconcursais os créditos tributários decorrentes de fatos geradores ocorridos no curso do processo de falência.

d) A natureza das garantias atribuídas ao crédito tributário não altera a natureza deste nem a da obrigação tributária a que corresponda.

e) Presume-se fraudulenta a alienação ou oneração de bens ou rendas, ou seu começo, por sujeito passivo em débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário definitivamente constituído.

81. Assinale a alternativa incorreta, de acordo com a jurisprudência do STF:

a) É constitucional a fixação de alíquota progressiva para o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação.

b) É compatível com a Constituição Federal a norma infraconstitucional que atribui a órgão integrante do Poder Executivo da União a faculdade de alterar as alíquotas do Imposto de Exportação.

c) A majoração do valor venal dos imóveis para efeito da cobrança de IPTU não prescinde da edição de lei em sentido formal, exigência que somente se pode afastar quando a atualização

não excede os índices inflacionários anuais de correção monetária.

d) Declarada inconstitucional a progressividade de alíquota tributária, o fato gerador não incide, em razão da falta de um dos elementos essenciais da regra-matriz tributária.

é devido o tributo calculado pela alíquota mínima correspondente, de acordo com a destinação do imóvel.

e) Não viola a legalidade tributária a lei que, prescrevendo o teto, possibilita o ato normativo infralegal fixar o valor de taxa em proporção razoável com os custos da atuação estatal, valor esse que não pode ser atualizado por ato do próprio conselho de fiscalização em percentual superior aos índices de correção monetária legalmente previstos.

82. Assinale a alternativa incorreta, de acordo com a jurisprudência do STF:

a) A imunidade tributária recíproca não exonera o sucessor das obrigações tributárias relativas aos fatos jurídicos tributários ocorridos antes da sucessão.

b) Apenas os serviços prestados pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT em regime de monopólio estão abrangidos pela imunidade tributária recíproca.

c) A imunidade tributária subjetiva aplica-se a seus beneficiários na posição de contribuinte de direito, mas não na de simples contribuinte de fato, sendo irrelevante para a verificação da existência do beneplácito constitucional a repercussão econômica do tributo envolvido.

d) A imunidade tributária constante do art. 150, VI, d, da CF/88 aplica-se ao livro eletrônico (e-book), inclusive aos suportes exclusivamente utilizados para fixá-lo.

e) Os bens e direitos que integram o patrimônio do fundo vinculado ao Programa de Arrendamento Residencial - PAR, criado pela Lei 10.188/2001, beneficiam-se da imunidade tributária prevista no art. 150, VI, a, da Constituição Federal.

83. Assinale a alternativa incorreta.

- a) Os créditos tributários relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens imóveis, e bem assim os relativos a taxas pela prestação de serviços referentes a tais bens, ou a contribuições de melhoria, subrogam-se na pessoa dos respectivos adquirentes, salvo quando conste do título a prova de sua quitação.
- b) A pessoa natural ou jurídica de direito privado que adquirir de outra, por qualquer título, fundo de comércio ou estabelecimento comercial, industrial ou profissional, e continuar a respectiva exploração, sob a mesma ou outra razão social ou sob firma ou nome individual, responde pelos tributos, relativos ao fundo ou estabelecimento adquirido, devidos até à data do ato da alienação.
- c) O inadimplemento da obrigação tributária pela sociedade não gera, por si só, a responsabilidade solidária do sócio-gerente.
- d) Presume-se dissolvida irregularmente a empresa que deixar de funcionar no seu domicílio fiscal, sem comunicação aos órgãos competentes, legitimando o redirecionamento da execução fiscal para o sócio-gerente.
- e) Salvo disposição de lei em contrário, a responsabilidade por infrações da legislação tributária depende da comprovação de dolo ou culpa.

84. Sobre o princípio da anterioridade, assinale a alternativa incorreta:

- a) O Princípio da anterioridade tem origem no antigo princípio da anualidade, não mais vigente no direito brasileiro. Pelo princípio da anualidade, a cobrança de um tributo estava condicionada à prévia autorização orçamentária.
- b) Há duas modalidades de anterioridade prevista no texto constitucional: a anterioridade anual ou anterioridade de exercício, prevista no artigo 150, inciso III, alínea b; e a anterioridade nonagesimal ou noventena, prevista no artigo 150, inciso III, alínea c e no § 6º do artigo 195 da Constituição Federal.

c) Todos os tributos que aparecem como mitigações ao princípio da legalidade também são exceções ao princípio da anterioridade anual.

d) Todos os tributos que aparecem como exceções ao princípio da anterioridade anual são também mitigações ao princípio da legalidade.

e) Norma legal que altera o prazo de recolhimento de obrigação tributária não se sujeita ao princípio da anterioridade.

85. De acordo com a jurisprudência do STJ, é incorreto afirmar que:

a) O depósito somente suspende a exigibilidade do crédito tributário se for integral e em dinheiro.

b) A compensação de créditos tributários não pode ser deferida em ação cautelar ou por medida liminar cautelar ou antecipatória.

c) A entrega de declaração pelo contribuinte reconhecendo débito fiscal constitui o crédito tributário, dispensada qualquer outra providência por parte do fisco.

d) O contribuinte pode optar por receber, por meio de precatório ou por compensação, o indébito tributário certificado por sentença declaratória transitada em julgado.

e) A discussão judicial da dívida, embora não suspenda, por si só, a exigibilidade do crédito, nos termos do art. 151 do CTN, impede a inclusão do nome do devedor no CADIN.

DIREITO AMBIENTAL

86. Marque a alternativa correta:

- a) O conceito moderno de meio ambiente não abarca o meio ambiente cultural.
- b) A Constituição Federal inaugurou a proteção ambiental no ordenamento jurídico pátrio.
- c) O princípio do desenvolvimento sustentável é um princípio absoluto, não admitindo flexibilização.
- d) O princípio da prevenção se aplica quando o risco ambiental é certo e conhecido.
- e) O princípio do protetor recebedor ainda não pode ser aplicado em nosso ordenamento jurídico por falta de previsão legal.

87. Quanto à responsabilização por danos ambientais, marque a alternativa correta:

- a) A responsabilidade de reparar os danos ambientais causados é solidária, abrangendo todos os causadores, diretos ou indiretos.
- b) A competência legislativa em matéria ambiental é concorrente. Nela, União, Estados, DF e Municípios poderão legislar em pé de igualdade.
- c) Compete aos Estados legislar sobre atividades nucleares de qualquer natureza.
- d) Não existe presunção de significativa degradação ambiental em nossa legislação.
- e) Nos casos em que é exigido o Estudo de Impacto de Vizinhança não será necessária a confecção do Estudo de Impacto Ambiental (EIA).

88. Acerca da legislação florestal, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) As obrigações previstas no Código Florestal têm natureza real e são transmitidas ao sucessor, de qualquer natureza, no caso de transferência de domínio ou posse do imóvel rural.
- b) A área de preservação permanente pode ser encontrada tanto em área urbana quanto em área rural. Já a reserva legal é encontrada apenas em área rural.

c) A área de preservação permanente não admite qualquer tipo de retirada de vegetação, haja vista sua importância para o equilíbrio ambiental.

d) O STF deu interpretação conforme a Constituição ao artigo 3º, VIII, do Código Florestal, de modo a condicionar a intervenção excepcional em APP, por interesse social ou utilidade pública, à inexistência de alternativa técnica e/ou locacional à atividade proposta.

e) O STF deu interpretação conforme a Constituição ao artigo 48, §2º do CFlo, para permitir compensação ambiental apenas entre áreas com identidade ecológica.

89. Quanto aos recursos hídricos, marque a alternativa correta:

a) Em situações de escassez, o uso prioritário dos recursos hídricos é para a atividade econômica.

b) Um dos objetivos da Política Nacional de Recursos Hídricos é a prevenção e a defesa contra eventos hidrológicos críticos de origem natural ou decorrentes do uso inadequado dos recursos naturais.

c) Os Planos de Recursos Hídricos são planos diretores de médio prazo que tem por objetivo principal fundamentar, orientar e planejar a implementação da PNRH e o gerenciamento dos recursos hídricos.

d) Está sujeito à outorga de uso de recursos hídricos a derivação ou captação de parcela da água existente em um corpo de água para consumo final, excluindo o abastecimento público, ou insumo de processo produtivo.

e) O STJ entendeu que a quantia cobrada em decorrência da outorga de direito de uso de recursos hídricos possui natureza de taxa.

90. Quanto à preservação do meio ambiente, marque a alternativa correta:

- a) Podem integrar o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, excepcionalmente e a critério do CONAMA, unidades de conservação estaduais e municipais que, concebidas para atender a peculiaridades regionais ou locais, possuam objetivos de manejo que não possam ser satisfatoriamente atendidos por nenhuma categoria prevista nesta Lei e cujas características permitam, em relação a estas, uma clara distinção.
- b) A estação ecológica e a área de proteção ambiental são unidades pertencentes ao grupo de proteção integral.
- c) Apenas a Reserva Particular do Patrimônio Natural não necessita de estudos técnicos para sua criação.
- d) O IBAMA, em nenhuma hipótese, pode permitir a captura de exemplares de espécies ameaçadas de extinção.
- e) O STF considerou a compensação ambiental inconstitucional, tendo em vista a indisponibilidade do meio ambiente.

91. Quanto à Política Nacional do Meio Ambiente, assinale a alternativa incorreta:

- a) Um dos princípios da PNMA é a racionalização do uso do solo, do subsolo, da água e do ar.
- b) Um dos objetivos da PNMA é a compatibilização do desenvolvimento econômico-social com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico.
- c) O licenciamento emitido pelo Poder Público local para a construção de edifício goza de presunção absoluta de legitimidade e veracidade.
- d) A licença de operação autoriza a operação da atividade ou empreendimento, após a verificação do efetivo cumprimento do que consta das licenças anteriores, com as medidas de controle ambiental e condicionantes determinados para a operação.
- e) Compete à União organizar e manter, com a colaboração dos órgãos e entidades da administração pública dos Estados, do Distrito

Federal e dos Municípios, o Sistema Nacional de Informação sobre Meio Ambiente (SINIMA).

DIREITO ADMINISTRATIVO

92. Levando em consideração os entendimentos sumulados do STF acerca do tema Agentes Públicos, assinale a alternativa incorreta:

- a) é inconstitucional toda modalidade de provimento que propicie ao servidor investir-se, sem prévia aprovação em concurso público destinado ao seu provimento, em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido.
- b) servidor nomeado por ter sido aprovado em concurso público tem direito à posse.
- c) cargo público vitalício não pode ser extinto.
- d) servidor público em estágio probatório pode ser exonerado em função da extinção do cargo.
- e) ato administrativo não pode restringir, em razão da idade, inscrição em concurso público.

93. O artigo 75 da Constituição Federal prevê a existência de outros tribunais de contas brasileiros, além do Tribunal de Contas da União, previsto no art. 71 da Carta. Sobre essas instituições, assinale a alternativa correta:

- a) devem ser integrados por, no máximo, sete conselheiros.
- b) os membros dos tribunais de contas são equiparados aos membros da magistratura, tendo os mesmos direitos e garantias.
- c) não há que se falar em simetria federativa em matéria de tribunais de contas, sendo que as normas constitucionais previstas para o TCU não necessitam ser reproduzidas nas Constituições estaduais.
- d) os tribunais de contas estaduais podem examinar previamente a validade de contratos administrativos celebrados pelo Poder Público.
- e) dos conselheiros dos tribunais de contas estaduais, 3 devem ser escolhidos pela Assembleia Legislativa e 4 devem ser escolhidos pelo governador.

94. Pela teoria do órgão, pode-se definir o órgão público como uma unidade que reúne atribuições exercidas por agentes públicos que o integram com o objetivo de expressar a vontade do Estado. Quanto à posição estatal, podem ser classificados em independentes, autônomos, superiores e subalternos (ou de execução). Nesse sentido, considere as afirmações a seguir a respeito dos órgãos superiores:

I – São os originários da Constituição e representam os Poderes do Estado, sem qualquer subordinação hierárquica e funcional.

II – Estão sujeitos apenas aos controles constitucionais oriundos do princípio da separação dos poderes.

III – Não possuem personalidade jurídica própria, sendo parte integrante de um organismo estatal.

IV – São órgãos de direção, controle e comando, mas sujeitos à subordinação e ao controle hierárquico de uma chefia; não gozam de autonomia administrativa nem financeira.

Estão corretas as seguintes:

- a) I, III e IV
- b) II e III
- c) I e III
- d) II e IV
- e) III e IV

95. Sobre a Lei Federal nº 12.846/13, que estabelece um regime de responsabilização para pessoas jurídicas, assinale a alternativa correta:

a) a lei se aplica aos atos lesivos praticados por pessoa jurídica brasileira contra organizações públicas internacionais, ainda que cometidos no exterior.

b) nas hipóteses de fusão e incorporação, a lei estabelece a responsabilidade ilimitada da pessoa jurídica sucessora pelos atos e fatos ocorridos antes da data da fusão ou incorporação.

c) estabelece a responsabilização penal das pessoas jurídicas pela prática de atos lesivos à administração pública.

d) autoriza que a CGU (Controladoria Geral da União) aplique sanção de dissolução compulsória da pessoa jurídica, quando comprovado ter sido a personalidade jurídica utilizada de forma habitual para facilitar ou promover a prática de atos ilícitos.

e) atribui legitimidade concorrente ao Ministério Público, às Defensorias Públicas da União e dos Estados e à Advocacia Pública da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, para ajuizamento de ação com vistas à aplicação das sanções previstas na referida legislação, às pessoas jurídicas infratoras.

96. Considere a seguinte situação hipotética: durante um dia de visitas de familiares a detentos de uma penitenciária estadual ocorreu uma rebelião naquele estabelecimento. Nesse evento, houve conflitos entre agentes de segurança, familiares e presos, acarretando em danos físicos a familiares. Quanto à responsabilidade do Estado prevista no art. 37, § 6º, da CRFB, no que diz respeito aos familiares dos presos que ficaram feridos, tem-se que:

a) o Poder Público deve ser responsabilizado civilmente, sob a modalidade subjetiva, se restar evidenciada ação ou omissão dolosa ou culposa de seus agentes de segurança na condução das ações para contenção da rebelião.

b) o Poder Público estadual deve ser responsabilizado civilmente, sob a modalidade objetiva, se vier a ser demonstrada ação ou omissão culposa de seus agentes na condução das ações para contenção da rebelião.

c) o Poder Público deve ser responsabilizado civilmente, sob a modalidade objetiva, sendo desnecessária a comprovação de culpa por parte de seus agentes, embora não seja dispensável a demonstração do nexo de causalidade.

d) o Estado não deve ser responsabilizado civilmente, conforme expressa disposição constitucional, uma vez que os danos foram causados a quem não está sob custódia do Estado.

e) O Estado não deve ser responsabilizado civilmente, uma vez que os danos foram decorrentes de caso fortuito.

97. Marque a opção que apresenta uma hipótese em que a licitação é dispensável:

a) para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo.

b) para a contratação de serviços técnicos de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização.

c) para contratação de concessionária de serviço público de fornecimento de água e coleta de esgoto.

d) na contratação de fornecimento ou suprimento de energia elétrica e gás natural com concessionário, permissionário ou autorizado, segundo as normas da legislação específica.

e) para a aquisição, por pessoa jurídica de direito público interno, de bens produzidos ou serviços prestados por órgão ou entidade que integre a Administração Pública e que tenha sido criado para esse fim específico em data posterior à vigência da Lei 8666/93, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado.

98. Os contratos administrativos firmados pela Administração são regidos pela Lei Federal nº 8.666/93, cuja alteração pode se dar:

a) unilateralmente pela Administração, quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos.

b) unilateralmente pela Administração, quando necessária a modificação do quantitativo contratado em decorrência de acréscimo ou supressão de seu objeto, no limite de 50% para acréscimos ou reduções.

c) por acordo das partes, quando conveniente a dispensa da garantia de execução.

d) por acordo das partes, quando necessária a modificação da forma de pagamento por escolha do contratado, ou a antecipação de pagamento, mantido o valor inicial atualizado.

e) unilateralmente pela Administração, para restabelecer o equilíbrio econômico financeiro, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis,

ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando área econômica extraordinária e extracontratual.

99. Os serviços públicos, quanto à maneira de satisfazer ao interesse geral, podem ser classificados em *uti singuli* e *uti universi*. São serviços públicos *uti universi*:

a) os que têm usuários determinados e a utilização particular é possível de ser determinada para cada destinatário.

b) os que não afetam substancialmente as necessidades da comunidade, sobre os quais o Estado não tem qualquer responsabilidade na sua prestação.

c) aqueles que a administração presta sem ter usuários determinados, atendendo a coletividade de forma geral.

d) aqueles divisíveis e mantidos mediante remuneração mensurável e proporcional ao uso individual do serviço.

e) os que têm por finalidade a satisfação individual e direta das necessidades dos cidadãos, a exemplo do fornecimento de água e energia elétrica e de serviços sociais, como saúde e educação.

100. Sobre os poderes da Administração Pública, assinale a alternativa correta:

a) o dever de prestar contas está expresso no art. 37 da Constituição Federal.

b) o poder normativo incumbe apenas ao Chefe do Poder Executivo.

c) a atuação das entidades da Administração Direta sobre as entidades da Administração Indireta é manifestação de poder hierárquico.

d) o poder disciplinar é exercido pelo Estado unicamente em relação aos seus servidores públicos.

e) o poder de polícia não é exercido apenas pelas corporações policiais, mas também por outros organismos da Administração.

Preencha o Gabarito!

<http://bit.ly/Simulado-Juiz-TJ-RS-02-02>



Estratégia
Carreira Jurídica